



III Assembléia Plenária

Valparaíso, Chile

1 a 3 de abril de 2004

Relatório do II Grupo de Trabalho

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

O II Grupo de Trabalho do III Encontro Plenário do Fórum Interparlamentar das Américas, sob a presidência do ilustríssimo senhor Don Boudria, do Canadá, tratou especificamente a questão da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Orientou sua ação à revisão dos principais elementos que impedem o encerramento bem sucedido do processo de negociações da ALCA, com o objetivo de fazer recomendações que, através de uma perspectiva parlamentar, permitam vencer tais empecilhos e atingir um acordo abrangente e equilibrado, que promova com maior eficiência o crescimento econômico, a diminuição dos níveis de pobreza, o desenvolvimento e a integração regional, considerando as diferentes necessidades e sensibilidades de todos os Estados membros.

O Grupo de Trabalho realizou suas sessões na sede do Congresso Nacional do Chile, na cidade de Valparaíso, nos dias 1 e 2 de abril de 2004, e contou com a participação de parlamentares e representantes mencionados no Anexo 1.

1. Intervenção da oradora convidada

Participou como conferencista a senhora Verónica Silva, da CEPAL, quem fez uma apresentação intitulada “ALCA: debate e negociações”. Esta conferência serviu como base para as discussões do segundo Grupo de Trabalho e foi baseada no último rascunho do texto do acordo da ALCA, publicado após o VII Encontro Ministerial de Comércio, realizado em Quito, em novembro de 2002.

Na sua apresentação, a especialista tentou mostrar a ALCA em uma perspectiva muito mais ampla, explicando a inserção comercial da América Latina nos anos 90, os diferentes acordos internacionais nesta matéria (entre eles OMC e APEC), a ALCA e seus níveis de acordos e negociações que,

segundo ela, pretendem: 1) Garantir mercados; 2) Estabelecer políticas; 3) Promover investimentos; e 4) Solucionar diferenças.

No que se refere ao acesso aos mercados, afirmou que os principais pontos de controvérsia são a eliminação de tarifas alfandegárias, normativas *anti-dumping*, subsídios agrícolas e compensação com liberalização rápida de taxas alfandegárias de produtos que são objeto de subsídios internos.

Em relação às perguntas feitas, a especialista explicou que:

1. O tema da assimetria em países em desenvolvimento é relevante e complexo. De fato, tem estado presente, desde o começo, na ALCA e na OMC. Disse também que tem ocorrido períodos de ajuste, assistência técnica e flexibilização de normas.

Indicou que foi planejada a criação de fundos compensatórios, como os desenvolvidos pela União Européia, para dar apoio aos estados membros do acordo em situação mais difícil.

2. No que se refere à coexistência da ALCA e outros acordos, indicou que o tema é matéria de debate. Mencionou que existem espaços específicos para acordos subregionais e acrescentou que, se há preferências bilaterais e se somam outros países, as preferências bilaterais serão perdidas. Concluiu ressaltando que a ALCA pode homogeneizar as condições nas quais se tomam decisões produtivas.

3. Quanto à substituição do investimento doméstico pelo investimento estrangeiro, afirmou que as políticas de investimento doméstico são mais importantes do que as políticas de investimento estrangeiro, surgindo a necessidade de políticas complementares aos acordos.

4. Existência de três modelos em países que se inserem no mercado mundial: Países que exportam recursos naturais; modelo das montadoras: caso do México, América Central e o Caribe, que exporta mão-de-obra barata e se encontra perto dos Estados Unidos, e países do Caribe, cuja economia está baseada nos serviços turísticos e no transporte financeiro.

5. Diferença entre o MERCOSUL e o G14. Os países G14 possuem uma maior profundidade. O Chile, o Canadá e o México tentam encontrar um denominador comum.

6. Tema da sociedade civil organizada, de forma que as negociações sejam socializadas.

Em relação a outras apresentações a especialista indicou que:

1. O processo da ALCA está inscrito no processo de Cúpulas das Américas e que diz relação com questões de interesse comum.

2. As negociações têm caminho de ida e volta. Algo se consegue. Os acordos têm impacto. O modo de competir tem a ver com as políticas domésticas.

3. Existe um impacto social que não é de fácil solução. Os efeitos comerciais entre os países diferem. Isto tudo influi nos efeitos da ALCA e nas negociações. O que se ganha na região é marginal em produtos. Ganha-se em outras áreas. Ganham os setores agropecuários, as matérias-primas e perdem ou correm um maior risco as manufaturas e as pequenas indústrias que são as que dão mais emprego

à população, já que a entrada no país de produtos mais baratos origina a falência das indústrias nacionais.

Tem de existir coerência entre as políticas e as negociações. Do mesmo modo, é precisa melhorar a capacitação e permitir que a sociedade civil tenha acesso às informações.

O Programa de Cooperação Hemisférica se preocupará pelo impacto fiscal, o qual também é atingido na questão das tarifas alfandegárias.

Durante a segunda sessão deste Grupo de Trabalho, a especialista da CEPAL, a senhora Verónica Silva, respondeu a outras perguntas relacionadas com os seguintes temas:

- Em relação ao cumprimento do cronograma estabelecido para concluir as negociações da ALCA, ela disse que não era possível antecipar cenários nesta matéria, mantendo o ano de 2005 como data oficial de encerramento.

- Em relação com a congruência da ALCA e as normas estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio, explicou que as normas das duas entidades são consistentes, destacando que numerosos capítulos da ALCA têm como referência os acordos da OMC. Disse também que a OMC não impossibilita a seus membros de realizar acordos, sem ir em contra isso, exigindo que estes acordos sejam flexíveis e compreensivos e não significando que se liberalizem somente no âmbito de um acordo regional preferencial.

- A respeito da situação das economias pequenas diante das assimetrias, indicou que no processo de negociação da ALCA tem acontecido uma evolução favorável nesta matéria. Neste momento, destacou o documento despachado pelo Grupo Consultivo sobre Pequenas Economias.

- No que se refere ao impacto social da ALCA, afirmou que é um tema de difícil avaliação geral devido às diferenças existentes entre os diversos Estados participantes. Recomendou distintos trabalhos específicos inseridos na bibliografia anexada neste relatório.

- Em relação à questão de sociedade civil, asseverou que no Encontro Ministerial realizado em Miami destaca-se o estabelecimento de melhores práticas para divulgar informações e a participação direta através do Comitê de representantes governamentais sobre sociedade civil em relação a temas específicos, tais como a agricultura e os serviços.

2. Debate do Grupo de Trabalho

No começo da segunda sessão Grupo de Trabalho, seu presidente informou que a declaração conjunta dos co-presidentes do Comitê de Negociações Comerciais (CNC) da ALCA, realizada no passado dia 1 de abril, adia a reabertura da décima-sétima reunião do CNC até novo aviso, com o objetivo de fazer perguntas informais adicionais, necessárias para a elaboração de orientações aos grupos de negociação da ALCA, conforme exigido no Encontro Ministerial de Miami, com a finalidade de desenvolver um conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações que possam ser aplicados em todos os países, além dos procedimentos para realizar as negociações plurilaterais entre os países da ALCA que desejam empreender liberalização e disciplinas adicionais no marco do acordo.

A seguir serão abordados brevemente os principais temas que foram objeto de debate no âmbito deste segundo Grupo de Trabalho.

Foi expressada a necessidade de os parlamentos das Américas adquirirem um papel ativo no processo de negociação atual e interagirem formalmente com os Ministros do Comércio. No momento, foi dito que o poder executivo de cada país é responsável por realizar as negociações, outorgando aos parlamentos a ratificação ou implementação dos acordos alcançados, conforme a legislação interna de cada país. Não obstante isto, os parlamentos devem ser informados adequadamente dos avanços em tais negociações e devem ser considerados nas mesmas por serem legítimos representantes da sociedade civil.

Foi ressaltado que os parlamentos convenientemente informados sobre o processo negociador, ofereceriam enormes benefícios à ALCA, visto que poderiam servir de canal comunicador entre os negociadores e a sociedade civil. Ao mesmo tempo, os parlamentares poderiam iniciar processos legislativos que procurassem adequar sua legislação nacional aos desafios e oportunidades representados pela ALCA, ao mesmo tempo que estariam em condições de educar e preparar os setores de maior risco para as mudanças implícitas em uma liberalização comercial que se aproxima.

Com o propósito de cumprir este papel e divulgar a situação das negociações que envolvem a ALCA, ressaltou-se a conveniência de contar com informações expressadas de forma clara e simples. Afirmou-se que hoje em dia só é possível conseguir informações limitadas e expressadas em uma linguagem técnica de difícil entendimento para o cidadão comum.

Do mesmo modo, insistiu-se na conveniência previamente destacada como recomendação na segunda Assembléia Plenária do FIPA, de estabelecer, em cada parlamento nacional, comissões especiais destinadas a abordar e debater o processo negociador da ALCA, antecipando soluções aos problemas que o acordo possa gerar no âmbito nacional e fortalecendo seus benefícios.

Foi manifestada preocupação pela ausência, nesta terceira Assembléia, de representantes do Congresso norte-americano e se destacou que a mesma aborda temas como o terrorismo e a ALCA, que envolvem diretamente os Estados Unidos da América. De modo particular, foi sublinhada a situação paradoxal da ausência de parlamentares norte-americanos, tendo em conta que os Estados Unidos atualmente possui uma das co-presidências do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA.

Sobre este particular, o presidente informou sobre o trabalho realizado na cidade de Washington pela presidente do FIPA, a ilustríssima senadora Céline Hervieux-Payette, com o fim de conseguir a participação de membros do parlamento daquele país, os quais, lamentavelmente, decidiram não participar neste terceiro Encontro Plenário do FIPA.

Destacou-se que a formação de um bloco regional potencia a obtenção de um maior desenvolvimento e crescimento sustentáveis, além de aumentar as perspectivas de negociação diante de blocos regionais tão poderosos como a União Européia ou os blocos dos países da Ásia-Pacífico.

Houve acordo em que o aumento do comércio traz benefícios para as economias nacionais, sem ir contra esta idéia, deve-se levar em consideração que mesmo quando muitos países latino-americanos contam com um setor moderno em sua economia que se beneficiará do convênio, também estão

presentes amplos setores tradicionais, formados por pessoas de baixa renda, que enfrentarão dificuldades. Devido a isso, chegou-se à conclusão de que os maiores esforços deverão ser utilizados para proteger os grupos de risco.

Além disso, afirmou-se que o impacto da liberalização econômica não deve incrementar os tributos fiscais, gerar fuga de capitais ou piorar a má distribuição da renda.

Destacou-se a assimetria existente entre os trinta e quatro países que negociam a ALCA, seja em seus níveis de desenvolvimento, ou na dimensão de suas economias.

De fato, foi sublinhado que a ALCA gera expectativas mas também desconfianças nos países em desenvolvimento, já que estes últimos arriscam consideravelmente mais que os países desenvolvidos, podendo ver sua estabilidade econômica ser ameaçada por uma experiência de liberalização de mercados que seja realizada sem remediar os desequilíbrios existentes.

Insistiu-se na recomendação efetuada durante a segunda Assembléia Plenária, realizada na cidade do Panamá, que consiste em que a ALCA estude a criação de um fundo especial, dentro de seu Programa de Cooperação Hemisférica, destinado à educação superior, ciência e tecnologia, com a finalidade de que os países em desenvolvimento possam gerar capacidades científicas e tecnológicas destinadas a diminuir o abismo em relação aos países desenvolvidos e contribuir efetivamente ao desenvolvimento econômico e a uma melhor integração dos países da ALCA.

Reiterou-se que os países desenvolvidos devem levar em consideração que os países em desenvolvimento representam um mercado, cuja capacidade de compra deverá ser estimulada com o fim de permitir o benefício de todos os participantes no livre comércio internacional.

Foi lançado um apelo aos países mais desenvolvidos e poderosos do continente a exercer liderança e compartilhar suas experiências, ferramentas e conhecimentos, através de apoio tecnológico e econômico que lhes permita realizar um processo de integração econômica adequado.

Foi sublinhada a difícil situação da agricultura nos países em desenvolvimento, que seria agravada pela expectativa de alcançar um acordo de liberalização comercial em um contexto no qual os países desenvolvidos mantêm subsídios à produção agrícola e barreiras alfandegárias e não alfandegárias que distorcem o mercado agrícola internacional e atentam contra sua liberdade e desenvolvimento.

3. Recomendações

Os parlamentares que participaram deste segundo Grupo de Trabalho coincidiram sobre a necessidade de formular, diante do Plenário do FIPA, as seguintes recomendações:

Em relação à participação do FIPA no processo da ALCA

Tendo em mente que os parlamentares que conformam o FIPA recomendaram, no Encontro Plenário de fevereiro de 2003, que o Comitê Executivo do FIPA “estabelecesse um mecanismo para que o FIPA interagisse formalmente com os Ministérios do Comércio, no contexto do processo que leva a cabo a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e realizasse um acompanhamento das negociações”;

Considerando que o Executivo do FIPA apresentou, aos dois Presidentes do processo de negociação da ALCA, uma proposta para interagir formalmente com o Processo de Negociação da Área de Livre Comércio das Américas, que inclui:

- Reconhecimento do FIPA como a voz oficial dos parlamentares no processo de negociação da ALCA; e
- O estabelecimento de um mecanismo que permitirá a interação entre o FIPA, representando os parlamentares cujos países participam nas negociações da ALCA, o Comitê de Negociações Comerciais e a Secretaria da ALCA.

Entendendo que os parlamentares são os representantes legítimos dos cidadãos das Américas;

Considerando que os parlamentares de muitos países expressaram que não têm recebido informações suficientes sobre a ALCA da parte do poder executivo de seus governos;

Considerando que estamos decepcionados com os co-presidentes das negociações da ALCA por falta de debates entre o FIPA e os co-presidentes da ALCA, principalmente sobre o tema da implementação e futuro desenvolvimento do Programa de Cooperação Hemisférica, de modo particular sobre os fundos para as mudanças sociais nos setores agrícola e manufatureiro, segundo as recomendações emanadas do Segundo Encontro Plenário do FIPA;

Considerando que os Estados Unidos, através de seu representante do setor do comércio, Robert Zoellick, tenha declarado que um dos papéis da ALCA é o melhoramento das condições socioeconômicas dos países em via de desenvolvimento no hemisfério;

Reconhecendo que os parlamentares desempenham um papel importante no compromisso dos cidadãos, na assessoria aos altos funcionários, na promulgação de disposições e na supervisão da implementação relacionada com a ALCA que se encontra em processo de negociação;

Reconhecendo a importância de que o processo de negociação da ALCA dá ao compromisso da sociedade civil e à transparência;

Reafirmando nossas preocupações em torno dos assuntos relacionados com os subsídios agrícolas, o tratamento diferencial das economias pequenas e em processo de desenvolvimento, além das preocupações sobre as mudanças econômicas e sociais;

Dado que as negociações da ALCA estão programadas para finalizar em janeiro de 2005;

NÓS, OS PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS:

Recomendamos que os co-presidentes do processo da ALCA estabeleçam imediatamente um mecanismo para que o FIPA interaja formalmente com os Ministros do Comércio Exterior, no contexto do processo da ALCA, sob os termos da proposta do Comitê Executivo do FIPA para interagir formalmente com o Processo de Negociação da Área de Livre Comércio das Américas;

Recomendamos que os co-presidentes trabalhem em conjunto com o FIPA para levar a cabo sessões de informações com a finalidade de dialogar com os parlamentares sobre a posição das negociações e as preocupações dos parlamentares das Américas, incluindo temas a respeito dos desafios que as economias pequenas e em desenvolvimento enfrentam, os subsídios agrícolas e as mudanças sociais e econômicas.

Recomendamos, além disso, que o Comitê de Negociações de Comércio proporcione aos parlamentares os documentos em termos simples, que descrevam a posição das negociações e os assuntos que sejam analisados.

Recomendamos que os parlamentares das Américas comprometam ativamente os seus cidadãos, com a finalidade de educá-los e informá-los sobre a ALCA.

Sobre a participação dos Estados Unidos no FIPA

Reconhecendo a importância dos Estados Unidos da América nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas e sua condição de co-presidente das negociações;

Reconhecendo que os Estados Unidos da América são membros do FIPA;

Observando que o processo da Cúpula das Américas reconhece o papel do FIPA na realização das metas do processo da Cúpula, que inclui a Área de Livre Comércio das Américas;

RECOMENDAMOS

Que os legisladores estadunidenses se comprometam com o FIPA para discutir temas relacionados com as negociações da Área de Livre Comércio das Américas.

Sobre a preparação para a ALCA

Reconhecendo que a liberalização do comércio tem o potencial para criar benefícios que favoreçam as economias das Américas;

Reconhecendo que a liberalização apresenta desafios aos setores tradicionais das economias dos países;

Reconhecendo que os impactos econômicos associados à liberalização do comércio não deveriam incrementar os tributos fiscais, causar fuga de capitais e piorar a distribuição de renda;

Observando que a implementação de uma ALCA exigirá mudanças nas políticas nacionais com a finalidade de ajudar os que forem afetados negativamente pelo acordo, como também aqueles que forem beneficiados por ele;

Reconhecendo que os países enfrentam distintos desafios ao negociar e implementar uma ALCA;

Reconhecendo que vários países do hemisfério já sofreram mudanças significativas por causa da liberalização do comércio;

Reconhecendo que todos os países das Américas poderiam obter benefícios ao compartilhar as melhores maneiras de proceder em relação à liberalização comercial;

RECOMENDAMOS

Que os países das Américas envolvam ativamente os seus cidadãos nas discussões a respeito da ALCA;

Que os países das Américas comecem a realizar reformas nacionais sem causar dano a suas populações, na medida do possível, e a orientar suas economias para enfrentar os desafios e oportunidades apresentadas por acordos comerciais, como é o caso da ALCA;

Que os líderes das delegações do FIPA que provêm dos países com experiência prévia em negociar e implementar acordos de liberalização comercial enviem ao Comitê Executivo do FIPA todas as informações que possuam sobre suas experiências, tanto positivas como negativas, em acordos de liberalização comercial, para publicação na página *web* do FIPA.

Ilustríssimo Don Boudria

Deputado do Canadá
Presidente do Grupo de Trabalho sobre a ALCA

Isabel Damilano

Secretária

Mariana George-Nascimento

Secretária

* * * *

4. Anexo 1 – Participantes

Senador Mario Lozada	Argentina
Senador José Zavalía	Argentina
Senador Antonio Cafiero	Argentina
Deputado Luis Molinari Romero	Argentina
Senadora Sandra Husbands	Barbados
Senador Hugo Carvajal	Bolívia
Senador Enrique Urquidi Hodgkinson	Bolívia – Presidente do Parlamento Andino
Deputado Joao Paulo Gamos da Silva	Brasil
Senadora Madeleine Plamondon	Canadá
Deputado Roy Bailey	Canadá
Deputado Philip Mayfield	Canadá
Senador Sergio Romero	Chile
Senador Juan Antonio Coloma	Chile
Deputado Juan Masferrer	Chile
Senador Jorge Pizarro	Chile – Presidente alterno do Parlatino
Senador Gabriel Zapata Correa	Colômbia
Deputada Nancy Patricia Gutiérrez	Colômbia
Deputado Tubal Paez	Cuba
Parlamentar Freddy Ehlers	Equador – Parlamento Andino
Parlamentar Juana Vallejo Klaere	Equador – Parlamento Andino
Senador Chester A. Humphrey	Granada
Deputado Juan Ramón Alvarado	Guatemala
Deputado Carlos Santiago Nájera	Guatemala
Deputado Nedis Adrián Licona Reyes	Honduras
Deputado Jack Arévalo Fuentes	Honduras
Deputado Eliseo Vallecillo Reyes	Honduras
Senador Anthony Johnson	Jamaica
Deputado Armando Leyson Castro	México
Deputada Blanca Gámez Gutierrez	México
Senadora Ana María Figueredo	Paraguai
Senadora Ada Fátima Jolalinach	Paraguai
Deputado Simón Benítez Ortiz	Paraguai
Deputado Oscar Ismael Silvero	Paraguai
Deputado Oscar Fernando Mercado	Paraguai
Deputado Fernando Oreggini	Paraguai
Senador José Tomás Pérez	República Dominicana
Deputado Hubert Asmamiredje	Suriname

Deputada Ruth Wydenbosch	Suriname
Deputado Alvaro Alonso	Uruguai
Deputado Ricardo Gutiérrez	Venezuela
Deputado Pedro Pablo Alcántara	Venezuela
Deputado Danilo Pérez Monagas	Venezuela
Deputado Walter Gavidia	Venezuela – Parlatino
Deputado Norexa Pinto	Venezuela – Parlatino
Deputado Nerio Rauseo	Venezuela – Parlatino

5. Anexo 2 – Referências bibliográficas

ALADI (2002), O tratamento das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias nas negociações da ALCA. ALADI/SEC/Estudo 154, Rev.1, 28 de novembro de 2002 [web ALADI].

ALADI (2001), A OMC e sua incidência no processo de integração regional. ALADI/SEC/Estudo 131, 23 de janeiro de 2001. ALADI - Secretaria General [web ALADI].

ALCA (1998), Cúpula das Américas. IV Encontro Ministerial do Comércio. São José, Costa Rica, 19 de março de 1998. Declaração Conjunta [web ALCA]

ALCA (2003), Declaração Ministerial. VIII Encontro Ministerial do Comércio. Miami, EUA, 20 de novembro de 2003.

Baumann, Renato (Org.) (2003), A ALCA e o Brasil: uma contribuição ao debate. IPEA-CEPAL.

Baumann, Renato e Francisco Galvão (2002), Os agentes econômicos em processos de integração regional; inferências para avaliar os efeitos da ALCA. CEPAL/ Escritório no Brasil, Documento LC/BRS/DT.024, julho de 2002 [web CEPAL Brasil]

BID (2002), Beyond Borders. O novo regionalismo na América Latina. O progresso econômico e social na América Latina. Relatório de 2002. Imprensa da Universidade John Hopkins, Washington, D.C.

BID - Centro Munk de Estudos Internacionais / Universidade de Toronto - Diálogo Interamericano (2002), O processo de formulação da política comercial. Nível um de um jogo de dois níveis: Estudos de países do Hemisfério Ocidental. BID/INTAL-ITD-STA, Documento de divulgação, março [web BID].

Blanco, Herminio e Jaime Zabludovsky (2003), Avanços e limites da negociação do Acordo de Livre Comércio das Américas. BID. Iniciativa Especial de Comércio e Integração, INTAL-ITD-STA, Documento de Trabalho IECI-01.

Bustillo, Inés e José Antonio Ocampo (2003) Assimetrias e cooperação na Área de Livre Comércio das Américas. CEPAL, Série Relatórios e Estudos Especiais, No. 13, maio 2003.

CAN (2003), Acordo de Livre Comércio das Américas: Impactos económicos na Comunidade Andina. Análise da Secretaria Geral, setembro 2003

CEPAL (1994), O Regionalismo Aberto na América Latina e Caribe. A integração econômica ao serviço da transformação produtiva com equidade. LC/G.1801/Rev.1-P, Santiago, setembro 1994. Publicação das Nações Unidas, número de venda: S.94.II.G.3.

CEPAL (2002), Globalização e desenvolvimento. CEPAL, Secretaria Executiva. Documento LC/G.2157(SES.29/3), Santiago, abril 2002.

CEPAL (2002), Os processos de integração dos países da América Latina e Caribe 2000-2001: Avanços, retrocessos e temas pendentes. Vários autores, CEPAL-DCII, Série Comércio Internacional No. 25, Santiago, setembro [web CEPAL-DCII].

CEPAL (1996 a 2003), Panorama da Inserção Internacional da América Latina e Caribe, Edições 1996, 1997, 1998, 1999-2000, 2000-2001 e 2001-2002). Documentos: LC/G.1941, 1978, 2038-P, 2085-P e 2149-P, Santiago. [web DCII-CEPAL]. (capítulo sobre integração). “PANINSAL”

CEPAL (2003), O investimento estrangeiro na América Latina e Caribe. Relatório de 2002. Documento LC/G.2198-P, Santiago, março 2003 [web CEPAL, veja vários anos]

CEPAL/ Workshop em Buenos Aires (2002), As relações comerciais Argentina–Estados Unidos no enquadramento das negociações da ALCA. Documento LC/L.1722-P, LC/BUE/L.175, Buenos Aires, abril 2002. Publicação das Nações Unidas, No. de venda: S.02.II.G.33.

CEPAL/ Workshop em Montevideo (2001), Uruguai e o Mercosul diante da ALCA: Prioridades para a negociação tarifária. Documento LC/MVD/R.190, maio 2001.

Granados, Jaime (1999), A ALCA e a OMC: Especulações a respeito de sua interação. INTAL-BID-ITD, Documento de trabalho 4, Buenos Aires, agosto 1999.

Gutierrez, Hernán (2003), APEC 2004: Dinâmicas “antigas” e novas de abertura econômica transpacífica (Versão preliminar para comentários - dezembro).

ICTSD – CINPE - FUTURO (2003), Jornal “Pontes” de Miami: Informações sobre o VIII Encontro Ministerial da ALCA. 17 - 20 de novembro 2003. (http://www.ictsd.org/issarea/Americas/FTAA_ministerial/miami/daily_update/).

Kuwayama, Mikio (1999), Regionalismo aberto na Ásia-Pacífico e América Latina: Uma pesquisa da literatura. CEPAL, Série Comércio Internacional, Nº 4, dezembro 1999.

Maldonado, Raul (2003), Avanço e vulnerabilidade da integração econômica da América Latina e Caribe. CEPAL, Série Comércio Internacional, Nº 32, agosto 2003.

Motta Veiga, Pedro da (2002), ALCA e OMC: Negociações simultâneas, agendas convergentes, dinâmicas diferentes (Versão preliminar). IV Encontro LATN, Santiago.

SELA (2001), A comunidade andina diante da ALCA: implicações e oportunidades. SP/CL/XXVII.O/Diretiva No. 1-01. XXVII Encontro Ordinário do Conselho Latino-americano. Caracas, Venezuela, 8-10 de outubro de 2001. (web SELA)

Vaillant, Marcel (2001), Impacto da ALCA no comércio intra-regional e no comércio dos países membros da ALADI com os Estados Unidos e Canadá. ALADI/SEC/Estudo 130, 24 de setembro de 2001 [web ALADI].

Ventura-Dias, Vivianne (2001), Notas sobre acesso aos mercados e a formação de uma área de livre comércio com os Estados Unidos. CEPAL-DCII, Série Comércio Internacional No. 20, Santiago, dezembro 2001. Documento LC/L.1681-P.[web CEPAL-DCII].



Websites de interesse:

ALADI: : www.aladi.org

ALCA: www.ftaa-alca.org

APEC: <http://www.apecsec.org.sg/>

Banco Mundial: <http://www.worldbank.org>

BID-INTAL: <http://www.iadb.org/intal>

CAN: www.comunidadandina.org

CARICOM: <http://www.caricom.org/>

FES-ALCA: <http://www.fes-alca.cl/>

Divisão de Comércio-CEPAL (DCII): www.eclac.cl/comercio

LATN (Flacso Argentina): www.latn.org.ar

MCCA-SIECA: <http://www.sieca.org.gt/>

MERCOSUL: <http://www.mercosur.org.uy/>

OEA: www.sice.oas.org/TUnit

OECD: <http://www.oecd.org/> OMC: www.wto.org

SELA: <http://sela2.sela.org/>

TLCAN: <http://www.nafta-sec-alena.org/>

UNCTAD: <http://www.unctad.org/>

União Européia: <http://www.europa.eu.int/>

USTR/USA: <http://www.ustr.gov>